

Transmissora Sul
Litorânea de Energia S/A. - TSLE

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2015

Conteúdo

| | |
|--|----|
| Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras | 3 |
| Balancos patrimoniais | 5 |
| Demonstrações de resultados | 6 |
| Demonstrações de resultados abrangentes | 7 |
| Demonstrações das mutações do patrimônio líquido | 8 |
| Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto | 9 |
| Notas explicativas às demonstrações financeiras | 10 |



KPMG Auditores Independentes
Av. Prof. Othon Gama D'êça, 677 -
Salas 603, 604 e 605 - Centro - Ed. The Office
88015-240 - Florianópolis/SC - Brasil
Caixa Postal 1420
88010-970 - Florianópolis/SC - Brasil

Telefone 55 (48) 3205-5300
Fax 55 (48) 3205-5301
Internet www.kpmg.com/BR

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e aos acionistas da
Transmissora Sul Litorânea de Energia S/A. - TSLE
Florianópolis - SC

Examinamos as demonstrações financeiras da Transmissora Sul Litorânea de Energia S/A. - TSLE ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Transmissora Sul Litorânea de Energia S/A. - TSLE em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos***Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior***

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 23 de janeiro de 2015, que não conteve qualquer modificação.

Florianópolis, 31 de março de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Claudio Henrique Damasceno Reis
Contador CRC SC-024494/O-1

Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

| Ativo | Nota | 31/12/2015 | 31/12/2014 | Passivo | Nota | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
|--------------------------------------|------|----------------|----------------|---|------|----------------|----------------|
| Caixa e equivalentes de caixa | 5 | 5.793 | 18.312 | Fornecedores e empreiteiros | 10 | 11.070 | 38.053 |
| Concessionários e Permissionários | 6 | 12.470 | 1.527 | Empréstimos e Financiamentos | 11 | 46.862 | 476.489 |
| Impostos a recuperar | 7 | 541 | 976 | Folha de pagamento | | 72 | 62 |
| Estoques | | 8.733 | - | Impostos e contribuições a recolher | | 2.027 | 1.972 |
| Despesas antecipadas | | 2.481 | 18.007 | Provisões contratuais | 10 | 29.685 | - |
| Ativo financeiro de concessão | 8 | 28.215 | - | Taxas regulamentares | 12 | 1.806 | 46 |
| Outros | | - | 30 | Outros | | - | 308 |
| Total do ativo circulante | | 58.233 | 38.852 | Total do passivo circulante | | 91.522 | 516.930 |
| Ativo financeiro de concessão | 8 | 884.031 | 849.614 | Empréstimos e Financiamentos | 11 | 448.409 | - |
| Cauções e depósitos vinculados | 9 | 18.693 | - | Impostos diferidos | 13 | 2.853 | 3.349 |
| Impostos a recuperar | 7 | - | 21.608 | Adiantamento para aumento de capital - AFAC | 14 | 156.859 | 106.861 |
| Despesas antecipadas | | 722 | 273 | Total do passivo não circulante | | 608.121 | 110.210 |
| Imobilizado | | 2.161 | 16 | Patrimônio líquido | 15 | | |
| Total do ativo não circulante | | 905.607 | 871.511 | Capital social | | 280.000 | 280.000 |
| | | | | Reservas de lucros | | - | 3.223 |
| | | | | Prejuízos Acumulados | | (15.803) | - |
| | | | | Total do patrimônio líquido | | 264.197 | 283.223 |
| Total do Ativo | | 963.840 | 910.363 | Total do Passivo e do Patrimônio Líquido | | 963.840 | 910.363 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

| | Nota | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
|--|------|------------------------|---------------------|
| Receita operacional líquida | 16 | 150.922 | 495.162 |
| Custo de construção | | (68.570) | (440.770) |
| Custo de operação | 17 | <u>(24.647)</u> | <u>(3.121)</u> |
| Lucro bruto | | <u>57.705</u> | <u>51.271</u> |
| Despesas administrativas | 18 | (3.813) | (3.520) |
| Impairment sobre o ativo financeiro | 8 | <u>(11.871)</u> | <u>-</u> |
| Total das despesas operacionais | | <u>(15.684)</u> | <u>(3.520)</u> |
| Resultado operacional antes dos efeitos financeiros | | <u>42.021</u> | <u>47.751</u> |
| Receita financeira | | 2.077 | 5.705 |
| Despesa financeira | | <u>(63.619)</u> | <u>(49.225)</u> |
| Resultados financeiros líquidos | 19 | <u>(61.542)</u> | <u>(43.520)</u> |
| Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social | | <u>(19.521)</u> | <u>4.231</u> |
| Imposto de renda e contribuição social correntes | | <u>495</u> | <u>(1.414)</u> |
| (Prejuízo) Lucro líquido do exercício | | <u><u>(19.026)</u></u> | <u><u>2.817</u></u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

| | Nota | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
|---------------------------------------|------|------------------------|---------------------|
| (Prejuízo) Lucro líquido do exercício | | <u>(19.026)</u> | <u>2.817</u> |
| Outros resultados abrangentes | | <u>-</u> | <u>-</u> |
| Resultado abrangente total | | <u><u>(19.026)</u></u> | <u><u>2.817</u></u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

| | <u>Reservas de lucros</u> | | | | Total |
|---|---------------------------|----------------------|--------------------------------------|-----------------------------|----------------|
| | Capital social | Reserva legal | Reserva de retenção de lucros | Prejuízos acumulados | |
| Saldos em 31 de dezembro de 2013 | <u>34.010</u> | <u>20</u> | <u>386</u> | <u>-</u> | <u>34.416</u> |
| Aumento de capital | 245.990 | - | - | - | 245.990 |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | 2.817 | 2.817 |
| Destinações para reservas de lucros | <u>-</u> | <u>141</u> | <u>2.676</u> | <u>(2.817)</u> | <u>-</u> |
| Saldos em 31 de dezembro de 2014 | <u>280.000</u> | <u>161</u> | <u>3.062</u> | <u>-</u> | <u>283.223</u> |
| Prejuízo do exercício | - | - | - | (19.026) | (19.026) |
| Absorção de prejuízo | <u>-</u> | <u>(161)</u> | <u>(3.062)</u> | <u>3.223</u> | <u>-</u> |
| Saldos em 31 de dezembro de 2015 | <u>280.000</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>(15.803)</u> | <u>264.197</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

| | Nota | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
|---|------|-----------------|-----------------|
| Fluxo de caixa das atividades operacionais | | | |
| Resultado do exercício | | (19.026) | 2.817 |
| Ajustes para reconciliar o resultado do período com recursos provenientes de atividades operacionais | | | |
| Receita financeira | 8 | (72.817) | (54.314) |
| Receita de O & M | 8 | (19.234) | (259) |
| Amortização ativo financeiro | 8 | 86.118 | 1.527 |
| Tributos diferidos | | (496) | - |
| Impairment | 8 | 11.871 | - |
| Depreciação | | 2 | 1 |
| Juros sobre empréstimos | | 41.530 | 44.606 |
| | | <u>27.948</u> | <u>(5.622)</u> |
| Redução (aumento) nos ativos | | | |
| Concessionárias e Permissionárias | | (10.943) | (1.527) |
| Impostos a recuperar | | 435 | 3.496 |
| Estoques | | (8.733) | - |
| Outros | | 15.107 | (18.181) |
| | | <u>(4.134)</u> | <u>(16.212)</u> |
| Aumento (redução) nos passivos | | | |
| Fornecedores e Empreiteiros | | (26.983) | (3.138) |
| Impostos e Contribuições | | 55 | 492 |
| Taxas regulamentares | | 1.806 | - |
| Outros | | (355) | (1.533) |
| Folha de pagamento | | 10 | - |
| | | <u>(25.467)</u> | <u>(4.179)</u> |
| Caixa proveniente das (usados nas) atividades operacionais | | | |
| | | (1.653) | (26.013) |
| Juros sobre financiamentos pagos | | (51.473) | (25.296) |
| IRPJ e CSLL pagos | | - | - |
| Recursos líquidos provenientes das (usados nas) atividades operacionais | | | |
| | | (53.126) | (51.309) |
| Fluxo de caixa das atividades de investimento | | | |
| Adições do imobilizado | | (2.147) | (15) |
| Adições ao ativo financeiro - Concessão | | (17.277) | (440.770) |
| Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento | | | |
| | | (19.424) | (440.785) |
| Fluxo de caixa das atividades de financiamento | | | |
| Captação de empréstimos e Financiamentos | | 504.993 | 750.000 |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | | 49.998 | - |
| Cauções e depósitos vinculados | | (18.693) | - |
| Aumento de capital | | - | 170.851 |
| Amortização de Financiamentos | | (476.267) | (450.000) |
| Caixa proveniente das (aplicados nas) atividades de financiamento | | | |
| | | <u>60.031</u> | <u>470.851</u> |
| Redução em caixa e equivalentes de caixa | | (12.519) | (21.243) |
| Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro | | 18.312 | 39.555 |
| Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro | | 5.793 | 18.312 |

Os efeitos não caixa estão demonstrados na nota explicativa nº 24.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Transmissora Sul Litorânea de Energia S/A - TSLE (a "Companhia"), constituída em 10 de julho de 2012, com sede em Florianópolis no Estado de Santa Catarina, tem como objeto social principal a prestação de serviços de planejamento, implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica, compostas pelos empreendimentos mencionados na Nota 2. As instalações incluem os serviços de apoio e administrativos, os equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos no contrato de concessão no 020/2012, na legislação e regulamentos aplicáveis.

Os recursos necessários para a construção da linha de transmissão foram obtidos, através de uma estrutura de "Project Finance", envolvendo aporte de capital e captação nos mercados financeiros. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo no valor de R\$ 33.289 (R\$ 478.078 em 2014), principalmente devido ao registro no passivo circulante de provisões contratuais oriundas da conclusão da construção dos ativos de concessão.

Para cobrir os gastos de curto prazo, a Companhia recebe o apoio financeiro dos acionistas por meio de adiantamentos para futuro aumento de capital, quando necessário.

2 Concessões

Por meio do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 020/2012 - ANEEL, datado de 27 de agosto de 2012, foi outorgada à Companhia a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica pelo prazo de 30 anos, que consiste na construção, operação, manutenção e pelas demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio dos seguintes empreendimentos:

- - LT 525 kV Nova Santa Rita - Povo Novo; CS, 281 km;
- - LT 525 kV Povo Novo - Marmeleiro; CS, 154 km; sendo os 15 km dentro da Estação Ecológica do Taim em CD;
- - LT 525 kV Marmeleiro - Santa Vitória do Palmar; CS, 52 km;
- - SE Nova Santa Rita 525 kV;
- - SE Povo Novo 525/230 kV - 672 MVA;
- - SE Marmeleiro 525 kV, com compensador síncrono de +- 200MVAr;
- - SE Santa Vitória do Palmar 525/138 kV - 75MVA;

Em 19/11/2014, foi emitida pela ANEEL a Resolução Autorizativa de nº 4.916, autorizando a TSLE a implantar reforços nas instalações de transmissão, especificamente na SE Povo Novo. A RAP anual para este projeto é de R\$5.239 e o prazo para entrada em operação comercial é de 24 meses.

3 Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), conjugada com a legislação específica aplicada às concessionárias do serviço público de energia elétrica, emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

As presentes demonstrações foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 31 de março 2016.

a. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

b. Moeda funcional e de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

4 Sumário das principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia têm os seguintes ativos financeiros não derivativos: empréstimos e recebíveis.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreende “Caixa e equivalentes de caixa”, “contas a receber” e “ativos financeiros de concessão”.

Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou pagas.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

b. Contas a receber - concessionárias e permissionárias

Engloba as contas a receber por transmissão de energia faturada, acrescidas das variações monetárias, quando contratadas.

c. Concessões

A Companhia possui contratos de concessão pública de serviços de transmissão de energia elétrica. Os contratos de concessão foram reconhecidos conforme requerimentos da ICPC 01 e OCPC 05. Os contratos de concessão representam um direito de cobrar os usuários dos serviços públicos, via tarifação controlada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, pelo período de tempo estabelecido nos contratos de concessão. A Companhia reconhece como um ativo financeiro este direito de cobrar os usuários durante período de concessão, sendo o valor realizado conforme divulgado no item (i).

Adicionalmente, a Companhia possui em seus contratos, um direito incondicional de receber caixa ao final da concessão como forma de indenização pela devolução dos ativos ao poder concedente. Nestes casos, a Companhia reconhece outro ativo financeiro, descontado a valor presente, considerando a melhor estimativa de recebimento ao final da concessão.

Maiores informações sobre os contratos de concessão estão incluídos na nota explicativa nº 2.

(i) *Dos usuários*

A Companhia reconhece como um recebível o direito de cobrar os usuários pela disponibilização das instalações do sistema de transmissão de energia elétrica em linha com a interpretação ICPC 01 - Contratos de Concessão. O recebível é determinado como sendo o valor residual da receita de construção auferida para a construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Companhia, reconhecidos conforme nota 4.e, e o valor do ativo financeiro referente ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização, reconhecido conforme descrito abaixo.

O recebível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

A amortização do recebível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil econômica nas quais os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão.

A amortização do recebível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

Estas contas a receber são classificadas entre circulante e não circulante considerando a expectativa de recebimento destes valores, tendo como base a data de encerramento das concessões. Engloba o contas a receber por transmissão de energia faturada, acrescido das variações monetárias, quando contratadas.

(ii) *Poder concedente - indenização*

A Companhia reconhece um crédito a receber do poder concedente (União) quando possui direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos pertencentes à infraestrutura que serão indenizados pelo poder concedente.

(iii) *Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos financeiros*

A Companhia verifica se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

Para fins de avaliação, os ativos são agrupados em grupos de ativos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidade geradora de caixa).

O ativo financeiro é apresentado líquido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

A Companhia efetua, anualmente, o teste de recuperabilidade dos seus ativos financeiros (*impairment*), utilizando o método do valor presente dos fluxos de caixa futuros gerados pelos ativos.

Os testes de *impairment* e os impactos no resultado do exercício estão apresentados na nota 8.

d. Taxas regulamentares

Trata-se de encargos do setor elétrico brasileiro, pagos mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, exceto os projetos de pesquisa e desenvolvimento, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica.

e. Receitas

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber principalmente pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

(iv) Receita de operação e manutenção (O & M)

A receita de operação e manutenção compreende a parcela da receita que cobre os custos da empresa com a operação e manutenção, necessários à continuidade de suas atividades. Estão incluídos os encargos sobre a receita, pis e cofins, custos de pessoal, material, serviços e outros, incluindo os gastos administrativos.

(v) Contratos de construção

A receita do contrato compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de variações decorrentes de solicitações adicionais, reclamações e pagamentos de incentivo contratuais, na condição em que seja provável que elas resultem em receita e possam ser mensuradas de forma confiável. Tão logo o resultado de um contrato de construção possa ser estimado de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida no resultado na medida do estágio de conclusão do contrato. Despesas de contrato são reconhecidas quando incorridas, a menos que elas criem um ativo relacionado à atividade do contrato futuro.

O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados. Quando o resultado de um contrato de construção não pode ser medido de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida até o limite dos custos reconhecidos na condição de que os custos incorridos possam ser recuperados. Perdas em um contrato são reconhecidas imediatamente no resultado.

(vi) Receita com ativo financeiro

A receita financeira, decorrente do ativo financeiro, é reconhecida na medida em que o ativo financeiro amortizável registrado no ativo circulante e não circulante é realizado, conforme prazo da concessão estipulado em contrato. O cálculo desta receita é baseado na taxa interna de retorno calculada internamente, conforme premissas definidas pela administração.

Uma pequena parte desta receita é referente à construção, sendo registrada em contrapartida ao custo de construção, que são os investimento feitos neste ativo financeiro. A receita é igual ao custo devido à decisão da empresa por trabalhar com margem de lucro de construção "zero".

f. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

5 Caixa e equivalentes de caixa

| | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
|--------------------------------------|------------|------------|
| Caixas e depósitos bancários à vista | 4 | 299 |
| Aplicações financeiras | 5.789 | 18.013 |
| | 5.793 | 18.312 |

As Aplicações financeiras são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e consistem em investimentos de baixo risco, possuindo liquidez diária e com rentabilidade atrelada à variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI), cujos rendimentos são de 100% do CDI.

(i) Aplicações financeiras

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia é participante do Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Premium FI Renda Fixa - Crédito Privado, que se constitui em um fundo administrado pelo Banrisul S/A.

6 Concessionários e permissionários

Referem-se a valores a receber de concessionárias e permissionárias relativas ao serviço de transmissão de energia elétrica e estão garantidas por estruturas de fianças e/ou acessos a contas-correntes operacionalizadas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) ou diretamente pela Companhia. Dessa forma, não foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa.

7 Impostos a recuperar

A composição dos tributos recuperáveis é apresentada como segue:

| | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
|-----------------------------------|------------|------------|
| IRRF sobre aplicações financeiras | 413 | 976 |
| Retenções s/faturamento | 122 | - |
| ICMS a recuperar (a) | - | 21.608 |
| Outros | 6 | - |
| | 541 | 22.584 |
| Circulante | 541 | 976 |
| Não circulante | - | 21.608 |

(a) ICMS a recuperar: Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia possui o valor de R\$21.608 referente a ICMS a recuperar, oriundo de créditos sobre as aquisições de máquinas e equipamentos os quais foram incorporados ao ativo imobilizado neste exercício quando da unitização dos bens junto a ANEEL.

8 Ativo financeiro

A Companhia possui um Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 022/2012- ANEEL, datado de 27 de agosto de 2012, celebrado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), onde foi outorgada à Companhia a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica pelo prazo de 30 anos.

Em 31 de dezembro de 2015 a empresa possui R\$ 161.068 (R\$ 74.287 em 31 de dezembro de 2014) como contas a receber do poder concedente, referentes ao valor residual dos ativos de transmissão ainda não amortizados e determinados com base nas taxas de depreciação aprovadas pela ANEEL, é indenizável ao final da concessão. Como esse valor será indenizável apenas em 2042, o montante está registrado no ativo não circulante.

A Companhia possui também o ativo financeiro amortizável pela Receita Anual Permitida (RAP), que é a diferença entre o valor total líquido da infraestrutura de transmissão e o valor residual da infraestrutura na data do término do contrato de concessão, é atualizado pela receita financeira, e amortizado pela receita definida pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), dos usuários do sistema, descontada da receita de operação e manutenção.

Abaixo é apresentada a movimentação do ativo financeiro:

| | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
|---|-------------------|-------------------|
| Saldo inicial do ativo financeiro | 849.614 | 355.798 |
| (+) Receita de construção (Nota 16) | 68.570 | 440.770 |
| (+) Receita dos serviços de O & M (Nota 16) | 19.234 | 259 |
| (+) Receita com ativo financeiro (Nota 16) | 72.817 | 54.314 |
| (-) Amortização - Receita anual permitida (RAP) | (86.118) | (1.527) |
| (-) <i>Impairment</i> (CPC 01 (R1)) | (11.871) | - |
| Saldo do ativo financeiro | 912.246 | 849.614 |
| Ativo financeiro amortizável - RAP (circulante) | 28.215 | - |
| Ativo financeiro amortizável - RAP (não circulante) | 734.834 | 775.327 |
| Ativo financeiro indenizável (não circulante) | 161.068 | 74.287 |
| (-) <i>Impairment</i> (CPC 01 (R1)) | (11.871) | - |

Em 2015 a Companhia concluiu o processo de unitização dos bens perante a ANEEL e com isso reavaliou a estimativa de ativo financeiro indenizável.

Impairment (CPC 01 (R1))

A Companhia realizou em 31 de dezembro de 2015, avaliação individual de todas as suas unidades geradoras de caixa (UGC) quanto aos aspectos do impairment. Como a Companhia possui somente uma única concessão (nº 022/2012-ANEEL), foi considerado o teste para uma unidade geradora de caixa - UGC.

O valor recuperável da UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso, através de fluxos de caixas projetados, após o imposto de renda e a contribuição social, baseados nos orçamentos financeiros aprovados pela Administração.

Principais premissas adotadas

| | 2015 |
|--|--|
| Taxa de desconto para o fluxo de caixa - Transmissão | 6,41% pós-tax |
| Preço da receita anual permitida projetada | De acordo com a resolução homologatória emitida pela ANEEL. |
| PIS e Cofins | 9,25% sobre a receita bruta |
| Pesquisa e desenvolvimento | 1% da ROL |
| Taxa de fiscalização da ANEEL | 0,4% da receita bruta |
| Depreciação | Durante o prazo de concessão e/ou autorizações |
| Pessoal, materiais, serviços e outros | Orçamento financeiro apurado por Unidade Geradora de Caixa (UGC) |
| Prazos do Fluxo de Caixa | Prazos das concessões e/ou autorizações |

9 Cauções e depósitos vinculados

Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia possui o valor de R\$ 18.693 (não possuía valores em 31 de dezembro de 2014), referente a aplicações em Fundos de Investimento do Bradesco S.A. (FIC FI REF DI Federal), com carteira formada por títulos de renda fixa públicos federais e rentabilidade atrelada à variação do CDI.

A aplicação possui finalidade de constituir Conta Reserva para troca das garantias atuais das obrigações dos contratos de empréstimos e financiamentos junto ao BNDES.

10 Fornecedores e empreiteiros

A composição de saldo de fornecedores é apresentada como segue:

| | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
|-----------------------|-------------------|-------------------|
| Materiais | 5.081 | 2.398 |
| Serviços | 5.989 | 35.655 |
| Provisões contratuais | 29.685 | - |
| | <u>40.755</u> | <u>38.053</u> |

O saldo de fornecedores no montante de R\$11.070 é relativo ao fornecimento de serviços, produtos e equipamentos usados na construção das linhas de transmissão.

Os valores a título de provisões contratuais, no montante de R\$29.685, foram reconhecidos no final do exercício por ocasião da unitização de ativos da companhia. Estes derivam das respectivas medições e aceites de cada fase da obra, obedecendo ao cronograma físico/econômico, determinado em contrato com o empreiteiro. As medições/aceites são os instrumentos usados para reconhecer a obrigação e o respectivo ativo. Esses valores permanecem nessa conta até que os respectivos documentos fiscais sejam recebidos e os pagamentos sejam autorizados e realizados.

11 Empréstimos e financiamentos

| | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
|--|----------------|----------------|
| Empréstimo ponte - Cessão de crédito (a) | 10.007 | 476.489 |
| BNDES (b) | <u>485.264</u> | <u>-</u> |
| | <u>495.271</u> | <u>476.489</u> |
| Circulante | 46.862 | 476.489 |
| Não circulante | 448.409 | - |

a. Empréstimo ponte

O valor de R\$10.007 registrado em 31 de dezembro de 2015, trata-se de instrumento particular de contrato de Cessão de Créditos firmado entre Elecnor do Brasil (cedente), Banco ABC Brasil (Cessionário) e TSLE (Devedora), onde o Cedente titular dos créditos, cede e transfere ao Cessionário o direito de cobrar os créditos indicados acima, da Devedora.

Os saldos de 31 de dezembro de 2014, eram devidos ao Banco ABC do Brasil, Banco Santander e Banco Banrisul e foram liquidados com o ingresso dos recursos captados com o BNDES durante o exercício de 2015.

b. BNDES

A Companhia utiliza recursos de empréstimos e financiamentos para financiar a implantação de seus empreendimentos. Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia possui contabilizados os montantes de R\$ 46.862 e R\$ 448.409 no passivo circulante e não circulante respectivamente, referente ao financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) que tem como garantia a totalidade das ações da Companhia, cessão fiduciária dos direitos creditórios (recebíveis) da concessão e carta fiança, calculada sobre o saldo devedor do financiamento. A seguir o detalhamento dos recursos captados em 2015:

| 1) Principal | (2) Amortização | (3) Juros do exercício | Total (1-2+3) |
|--------------|-----------------|------------------------|---------------|
| R\$490.000 | (R\$20.879) | R\$16.143 | R\$485.264 |

| BNDES | | | | | | | |
|--------------|-----------------------|-----------------------|---------------------|-------------------------|--------------|---------------------|------------|
| FONTE | TOTAL LIBERADO | TOTAL DO CRÉDITO | A LIBERAR | Destinação | Remuneração | Amortização (Meses) | Início |
| Subcrédito A | 420.180.307,00 | 420.180.307,00 | - | Obra Civil | TJLP + 2,28% | 165 | 15/06/2015 |
| Subcrédito B | 69.819.693,00 | 71.677.817,00 | 1.858.124,00 | Máquinas e Equipamentos | TJLP + 1,88% | 165 | 15/06/2015 |
| Subcrédito C | - | 2.471.646,00 | 2.471.646,00 | Investimentos Sociais | TJLP | 162 | 15/09/2015 |
| | 490.000.000,00 | 494.329.770,00 | 4.329.770,00 | | | | |

Convenants e garantias

O financiamento com o BNDES tem como garantia a caução do penhor dos direitos emergentes da concessão, a caução dos direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transmissão e a caução da totalidade das ações ordinárias nominativas da Companhia de propriedade dos Acionistas.

O referido contrato possui clausulas restritivas, como segue:

- Receber a receita decorrente da prestação de serviços de transmissão exclusivamente em uma “Conta Centralizadora” aberta para tal fim;
- Constituir em favor do BNDES, e manter até o final liquidação de todas as obrigações decorrentes do contrato, “Conta Reserva” com recursos no valor equivalente a, no mínimo, três meses de serviço da totalidade da dívida da concessionária e três meses de pagamento do Contrato de Operação e Manutenção, sendo que a movimentação da “Conta Reserva” só poderá ser realizada com autorização por escrito do BNDES;
- Não constituir, sem prévia autorização do BNDES, penhor ou gravame sobre os direitos creditórios dados em garantia;

- Manter o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, apurado anualmente, igual a superior a 1,2 vezes;
- Não firmar contratos de mútuo com seus acionistas e nem assumir novas dívidas sem prévia autorização do BNDES, a não ser a emissão de debêntures previstas no contrato;
- Não realizar, sem prévia e expressa autorização do BNDES, distribuição de dividendos, nem pagamento de juros sobre o capital próprio, cujo valor, isolada ou conjuntamente, seja superior ao percentual estabelecido no §2º do art.202 da Lei 6.404/76.

Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia apresentou índice de cobertura da dívida (ICSD) inferior a 1,2. Dessa forma, para o exercício de 2016 a Companhia deverá atentar para mudanças na sua conta reserva em atendimento ao previsto no contrato de financiamento.

12 Taxas regulamentares

| | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
|----------------------------------|-------------------|-------------------|
| Reserva global de reversão (RGR) | 1.218 | 40 |
| Pesquisa e desenvolvimento (P&D) | 359 | 6 |
| Taxa de fiscalização - ANEEL | 229 | - |
| | <u>1.806</u> | <u>46</u> |

Refere-se a encargos do setor elétrico brasileiro pagos pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços de energia elétrica.

Reserva Global de Reversão - RGR - É um encargo do setor elétrico brasileiro pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, limitado a 3,0% de sua receita anual.

Pesquisa e Desenvolvimento - P&D - A Lei nº. 9.991, de 24/07/2000, determina que as empresas transmissoras do setor elétrico apliquem, anualmente, o montante mínimo de 1% da sua Receita Operacional Líquida - ROL, em programas de Pesquisa e Desenvolvimento, sendo, 40% (quarenta por cento) dos recursos devem ser recolhidos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT; 40% (quarenta por cento) dos recursos devem ser destinados à execução de projetos de P&D regulados pela ANEEL e 20% (vinte por cento) dos recursos devem ser recolhidos ao Ministério de Minas e Energia - MME.

Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE) - Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a transmissão de energia elétrica são equivalentes a 0,4% da RAP.

13 Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

| | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
|-----------------------------------|------------|------------|
| Diferença ativo financeiro | 6.889 | 3.349 |
| Provisão para impairment (nota 8) | (4.036) | - |
| | 2.853 | 3.349 |

14 Adiantamento para futuro aumento de capital

O saldo da conta “adiantamento para futuro aumento de capital” no montante de 156.859 está composto por valores recebidos dos acionistas como segue:

| | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
|--|------------|------------|
| Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE/GT. | 72.012 | 52.362 |
| Eletrosul Centrais Elétricas S.A | 84.847 | 54.499 |
| | 156.859 | 106.861 |

Com relação aos aportes já efetuados pela acionista Eletrosul Centrais Elétricas S/A, a acionista CEEE/GT, proporcionalmente a sua participação, está em mora de R\$9.508, tendo sido elaborado acordo para quitação do mesmo para os meses seguintes.

15 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2015 o capital autorizado é de R\$ 450.000 (idem em 31 de dezembro de 2014), e o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 280.000, o qual é representado por 280.000.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. A composição acionária da Companhia é a seguinte:

| | 31/12/2015 | | |
|--|------------------------|---------------------------------|---------|
| | Quantidade de ações | Percentual do capital social | Valor |
| Acionistas | | | |
| Eletrosul Centrais Elétricas S.A. | 142.800.000 | 51 | 142.800 |
| Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE/GT | 137.200.000 | 49 | 137.200 |
| | 280.000.000 | 100 | 280.000 |

b. Reservas de lucros

A reserva legal é calculada nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76 à razão de 5% (cinco por cento) do lucro do exercício, limitado a 20% (vinte por cento) do capital social. O saldo de outras reservas de lucros é composto pelo valor residual do lucro líquido do exercício deduzidas a destinação para reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios. Em 2015 todas as reservas de lucros foram utilizadas para absorver os prejuízos acumulados.

16 Receita operacional líquida

A conciliação entre receita operacional bruta e a receita operacional líquida em atendimento ao CPC - Receitas é apresentada abaixo:

| | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
|------------------------------|------------|------------|
| Receita de serviços de O & M | 19.234 | 259 |
| Receita com ativo financeiro | 72.817 | 54.314 |
| Receita de construção | 68.570 | 440.770 |
| Receita Operacional Bruta | 160.621 | 495.343 |
| Dedução da receita bruta | (9.699) | (181) |
| Receita Operacional líquida | 150.922 | 495.162 |

17 Custos de operação

A distribuição dos custos de operação é apresentada a seguir:

| | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
|----------------------------------|-------------------|-------------------|
| Materiais | (7) | (7) |
| Serviços de terceiros | (13.269) | (3.095) |
| Indisponibilidade de equipamento | (11.275) | - |
| Associação ONS | (21) | - |
| Outros | (75) | (19) |
| | <u>(24.647)</u> | <u>(3.121)</u> |

18 Despesas administrativas

| | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
|-----------------------|-------------------|-------------------|
| Honorários | (1.177) | (1.176) |
| Serviços de terceiros | (2.618) | (2.433) |
| Materiais | (7) | (4) |
| Depreciação | (2) | (1) |
| Outros | (9) | 119 |
| | <u>(3.813)</u> | <u>(3.520)</u> |

19 Resultado financeiro líquido

O detalhamento das despesas e receitas financeiras é apresentado a seguir:

| | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
|---------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Receitas financeiras | | |
| Receita com aplicações financeiras | 2.027 | 5.602 |
| Outros | 50 | 103 |
| | <u>2.077</u> | <u>5.705</u> |
| Despesas financeiras | | |
| Juros de empréstimos e financiamentos | (62.319) | (48.752) |
| Encargos Selic | (1.300) | (473) |
| | <u>(63.619)</u> | <u>(49.225)</u> |
| Resultado financeiro líquido | <u>(61.542)</u> | <u>(43.520)</u> |

20 Saldos e transações com partes relacionadas

a. Remuneração do pessoal-chave da administração

A remuneração do pessoal-chave da administração, que contempla a diretoria executiva, durante o período findo em 31 de dezembro de 2015, foi de R\$ 1.177 (R\$ 1.176 em 31 de dezembro de 2014).

b. Transações e saldos

A acionista Eletrosul Centrais Elétricas S/A, parte relacionada, possui os seguintes contratos com a TSLE:

- i) Contrato de Prestação de Serviços de O & M: Valor de R\$ 66 mensais. Com vigência de 4 anos a partir da entrada em operação comercial.
- ii) Contrato de Compartilhamento de Instalações - SE NOVA SANTA RITA 525 Kv: Valor de R\$ 1.059 a título de ressarcimento de custos de análise de projetos, atualização de estudos, fornecimento de documentos técnicos, fiscalização da obra, acompanhamento da obra e comissionamento das instalações. E ainda, a quantia de R\$ 2, a título de ressarcimento de custos de manutenção e conservação.

21 Contingências

A Companhia não possui contra si litígios trabalhistas, cíveis ou tributários classificados por seus assessores jurídicos como riscos prováveis ou possíveis de perda, portanto em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 nenhuma provisão e ou divulgação é requerida.

22 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

a. Gestão de risco financeiro

Fatores de risco financeiro

Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez.

Eventual excesso de caixa disponível pela Companhia é investido em aplicações financeiras.

Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos de caixa e equivalentes de caixa estão próximos de seus valores justos.

A Companhia aplica CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2).

- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).

Os instrumentos financeiros avaliados ao valor justo são caixa e equivalentes de caixa e fundo vinculados que totalizavam R\$24.486 em 31 de dezembro de 2015 (R\$18.312 em 31 de dezembro 2014) que foram avaliadas como instrumentos financeiros no nível 1.

Instrumentos financeiros por categoria

No quadro a seguir realizamos a classificação dos instrumentos financeiros da Companhia por categoria em cada uma das datas apresentadas:

| | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
|--|------------|------------|
| Empréstimos e recebíveis | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 5.793 | 18.312 |
| Cauções e depósitos vinculados | 18.693 | - |
| Concessionárias e Permissonárias | 12.470 | 1.527 |
| Ativo financeiro amortizável pela RAP (circulante) | 28.215 | - |
| Ativo financeiro amortizável pela RAP (não circulante) | 722.963 | 775.327 |
| Ativo financeiro indenizável | 161.068 | 74.287 |
| | 949.202 | 869.453 |
| Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado | | |
| Fornecedores e empreiteiros | (11.070) | (38.053) |
| Empréstimos e financiamentos | (495.271) | (476.489) |
| Provisões contratuais | (29.685) | - |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | (156.859) | (106.861) |
| | (692.885) | (621.403) |

b. Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

(i) Operações ativas

As operações da Companhia são indexadas a taxas prefixadas, sendo as taxas pós-fixadas por CDI. A Administração, de uma maneira geral, entende que qualquer oscilação nas taxas de juros não representaria nenhum impacto significativo nos resultados da Companhia.

(ii) Operações passivas

A Companhia está sujeita ao risco de juros nos empréstimos pós-fixados indexados à Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP). Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possuía R\$495.271 como sua dívida total indexada em TJLP. Dessa forma, eventual valorização desse indexador poderá impactar negativamente o resultado da Companhia.

c. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

23 Eventos Subsequentes

A Companhia efetuou no dia 29 de janeiro de 2016 o pagamento parcial do empréstimo ponte com o Banco ABC Brasil no valor de R\$ 5.000. A liquidação deste ocorreu em 29 de fevereiro de 2016, a companhia pagou R\$ 5.007 de principal e R\$ 59 a título de juros e encargos.

24 Informações complementares ao fluxo de caixa

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2015 foram realizadas as seguintes transações que não envolveram o caixa e equivalentes de caixa:

| | 31/12/2015 |
|--------------------------|-------------------|
| Impostos a recuperar (a) | 21.608 |
| Provisão contratuais (b) | 29.685 |

- (a) Inclusão de ativo financeiro com ICMS a recuperar constituído em exercícios anteriores;
- (b) Refere-se a provisões de conclusão da obra de transmissão, os quais não houve liquidação de caixa.